

# Regulamento de Boas Práticas de Imparcialidade e Ética Profissional Para Trabalhadores com Filhos Alunos



## 1. OBJETIVOS

---

Este regulamento tem como objetivo estabelecer princípios éticos e diretrizes de boas práticas para a convivência escolar, especialmente em situações onde profissionais da escola possuem filhos, dependentes legais ou familiares como alunos. Pretende-se garantir transparência, equidade, respeito e a prevenção de conflitos de interesse ou suspeições que possam comprometer a integridade da instituição.

## 2. PRINCÍPIOS GERAIS

---

### Igualdade

Todos os alunos devem ser tratados com equidade, sem qualquer forma de favorecimento ou discriminação.

### Imparcialidade

Nenhum profissional da escola deve atuar em situações que possam gerar conflito de interesse relacionados com os seus filhos, dependentes legais ou familiares.

### Transparência

As decisões pedagógicas, avaliativas e disciplinares devem ser claras, registradas e baseadas em critérios objetivos, sem o envolvimento dos profissionais nesta situação, exceto no que respeita aos procedimentos que os envolvem (como aos restantes encarregados de educação) pelos canais legalmente previstos.

### Confidencialidade

Informações pessoais e académicas devem ser tratadas com sigilo, mesmo entre profissionais com laços familiares no agrupamento.

### Profissionalismo

A atuação dos profissionais da escola deve ser pautada por ética, respeito mútuo e compromisso com o bem coletivo.

### 3. NORMAS ESPECÍFICAS PARA TRABALHADORES COM FILHOS, DEPENDENTES LEGAIS OU FAMILIARES MATRICULADOS NO AGRUPAMENTO

---

#### Avaliação e Acompanhamento Pedagógico

- Os profissionais com filhos, dependentes legais ou outros familiares a frequentar o agrupamento não devem ter acesso a materiais e recursos relacionados com a avaliação pedagógica dos seus educandos, garantindo-se que a partilha nas plataformas oficiais (ou em papel) diga apenas respeito a questões de planeamento curricular geral, ou atividades sem ligação direta com avaliação.
- O acompanhamento pedagógico na escola dos alunos com familiares a lecionar no mesmo agrupamento, deverá ser sempre realizada por outros docentes que não os envolvidos por ligações familiares.

#### Acesso a registos e Informações

- O acesso a registos escolares (avaliações, relatórios, históricos, entre outros) dos filhos, dependentes legais ou familiares de profissionais a trabalhar no agrupamento deve seguir os mesmos trâmites aplicados aos demais pais e responsáveis.
- Nenhum profissional poderá utilizar a sua função para obter vantagens informativas ou administrativas em relação ao próprio filho, dependente legal ou familiar.

### 4. CONFLITOS DE INTERESSE

---

- Todas as situações que possam configurar conflito de interesse devem ser comunicadas imediatamente à Diretora.
- O profissional envolvido deve sempre declarar-se impedido de atuar em qualquer processo relacionado diretamente com o seu filho, dependente legal ou familiar.
- O agrupamento poderá criar uma comissão ética para análise de casos pontuais, quando necessário.

### 5. CONDUTA E BOAS PRÁTICAS NO AMBIENTE ESCOLAR

---

- Evitar manifestações públicas (elogios ou críticas) sobre o desempenho dos próprios filhos, dependentes legais ou familiares durante o expediente escolar.

- Tratar todas as situações escolares dos filhos, dependentes legais ou familiares, como qualquer outro pai ou responsável, utilizando os canais adequados (secretaria, coordenação, reuniões de pais e encarregados de educação).
- No espaço escolar, os docentes que lecionam alunos familiares de trabalhadores da escola, devem dirigir-se a estes trabalhadores (docentes ou outros) em estrita relação com as funções que todos desempenham no agrupamento e nunca na sua qualidade de encarregados de educação, não sendo permitido abordar questões de natureza académica dos alunos fora dos espaços e momentos legais dedicados a estas conversas.
- Manter a distinção clara entre o papel de profissional a trabalhar no agrupamento e de responsável, principalmente em eventos escolares e interações com outros alunos.

## 6. DISPOSIÇÕES FINAIS

---

- Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação e deve ser dado a conhecer a todos os colaboradores do Agrupamento de Escolas de Azeitão.
- A sua revisão poderá ser feita anualmente, ou sempre que se verificar a necessidade de aperfeiçoamento.

A Presidente do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Azeitão